

Análise de Género

NA MÍDIA MOÇAMBICANA • 2012

Índice

I. INTRODUÇÃO	2
II. DEFINIÇÕES	4
III. GÉNERO EM MOÇAMBIQUE: PROGRESSOS E DESAFIOS	6
IV. ANÁLISE DA COBERTURA EM JORNAIS IMPRESSOS E ON-LINE	12
V. ENTREVISTA: EDUARDO NAMBURETE E O GÉNERO NA REDAÇÃO	18
VI. ENTREVISTA: BENILDE NHALIVILO E O ENVOLVIMENTO DOS LÍDERES DA MÍDIA NAS QUESTÕES DE GÉNERO	20
VII. ENTREVISTA: MARIA JOSÉ ARTHUR E O RELACIONAMENTO ENTRE ACTIVISTAS DE GÉNERO E DIREITOS DA MULHER E A MÍDIA ...	24
VIII. ENTREVISTA: DANILO DA SILVA E OS DIREITOS DOS LGBT NA MÍDIA MOÇAMBICANA	28
IX. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	31
X. FONTES & REFERÊNCIAS	32

I.

INTRODUÇÃO

Para que uma sociedade funcione plenamente, tanto homens como mulheres devem gozar de direitos e oportunidades iguais. Isso inclui o acesso à educação, à saúde e às oportunidades económicas. Tal igualdade de direitos está lentamente a tornar-se uma realidade pelo mundo afora, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido.

Assim como em outras áreas críticas da sociedade, a mídia desempenha um papel crucial ao modelar normas sociais e suscitar atenção para as questões de género. O tema inclui uma variedade de tópicos, desde a violência e o assédio até os preconceitos, convertidos em obstáculos para o exercício pleno da cidadania e para as identidades de género.

Ao abordar estas questões, órgãos de informação e jornalistas podem levantar o debate sobre assuntos que muitas pessoas compreendem apenas intuitivamente. Por isso também, aumentar a frequência de reportagens sobre género na mídia moçambicana é um desafio que certamente conduzirá a uma mudança positiva nas normas sociais.

Outros aspectos relevantes em relação a género são: o número de mulheres a trabalhar como jornalistas e profissionais da comunicação social, nas várias funções existentes, e a diferença no acesso de mulheres e homens à informação, especialmente nas comunidades e famílias.

O Programa para Fortalecimento da Mídia em Moçambique – financiado pelo Governo dos Estados Unidos da América, através da sua Agência de Desenvolvimento Internacional (USAID), e implementado pela IREX - está dedicado a promover o género na mídia nacional e implementará programas e actividades para alcançar este objectivo.

Neste relatório, que inicia uma série, o foco é na primeira questão, avaliando a cobertura de género na mídia no ano de 2012, para estabelecer uma base de análise e comparação para os anos seguintes.



Arild Drivdal, Representante da IREX



II.

DEFINIÇÕES

Género

No discurso técnico em Moçambique, género representa as características que determinam os papéis, direitos, responsabilidades e obrigações definidos como apropriados para o homem e para a mulher na sociedade. Em outros países, também engloba o conceito de identidades de género, ou seja, o sentido individual e interno de feminino, masculino, homossexual, bissexual, transexual (LGBT). Esta não é uma definição fácil ou estática e ainda não está difundida em Moçambique com toda a sua complexidade e nuances. Neste relatório, a definição engloba ambos os conceitos.

Violência Baseada no Género (VBG)

É definida como violência directa contra uma pessoa, seja homem ou mulher, comportamento que se estabelece como uma reacção agressiva a sua identidade de género. VBG não abrange apenas a violência física, mas também a psicológica, sexual, simbólica e económica. Por razões históricas, estruturais e culturais, é mais comum que as mulheres sejam o alvo de VBG na sociedade Moçambicana. Consequentemente, os termos “violência baseada no género” e “violência contra a mulher” são muitas vezes utilizados como sinónimos, uma variação observável também na mídia Moçambicana.



III.

GÉNERO EM MOÇAMBIQUE: PROGRESSOS E DESAFIOS



Em Moçambique, há um empenho significativo para colocar questões de género no topo da agenda pública, através de leis, actividades promovidas por organizações não-governamentais e da sociedade civil, buscando estimular avanços na imprensa. No entanto, o género continua a ser um assunto que divide os moçambicanos, neste país que enfrenta o desafio de conciliar culturas e normas tradicionais com uma crescente modernização na sociedade.

O Governo de Moçambique introduziu algumas reformas importantes no sentido de fomentar a igualdade de género, tais como: a aprovação da Lei de Família (2004), a Lei do Tráfico de Pessoas (2008), a Lei de Protecção dos Direitos das Crianças (2008), a Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada

Contra a Mulher (2009) e o Plano Nacional de Acção para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2008-2012). Tem ratificado também instrumentos internacionais que visam promover o estatuto da mulher na sociedade, entre eles a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (1997) e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana (2005).

Em paralelo, organizações nacionais e internacionais buscam o empoderamento da mulher no local de trabalho, o acesso aos cuidados de saúde reprodutiva e a abordagem dos direitos humanos em geral. São os casos de entidades como Genderlinks, Women and Law

in Southern Africa Research and Education Trust (WSLA), Fórum Mulher e Associação de Mulheres Empresárias e Executivas. No entanto, ainda estão em falta programas especificamente de prevenção de VBG e também outros que vejam os homens não só como problema, mas também como parte da solução, sobretudo envolvendo-os nas actividades de promoção da igualdade de género.

O trabalho da Rede Homens Pela Mudança (RedeHOPEM), uma ONG Moçambicana formada em 2009, é um dos poucos que tem em vista integrar mais os homens nas acções de promoção de igualdade e de defesa dos direitos das mulheres. De acordo com a organização, é importante envolver o homem no combate à violência contra a mulher, de modo a que a abordagem de questões de género adquira uma nova dimensão, em que o próprio homem é levado a questionar a sua socialização em geral e os seu comportamentos em particular.

Em 2012, Moçambique ocupou a 23ª posição entre 135 países analisados no Índice Global de Desigualdade entre os Géneros, publicado anualmente pelo Fórum Económico Mundial. O relatório classifica os países quanto à capacidade de reduzir a desigualdade de género em quatro categorias: saúde e sobrevivência; acesso à educação; participação política e igualdade económica; acesso ao trabalho. Segundo o estudo, apenas o Lesoto (14ª posição) e a África do Sul (16ª posição) superaram Moçambique, que lidera o grupo dos países considerados de baixa renda na África Subsariana.

No entanto, apesar de Moçambique se posicionar bem no relatório apresentado no Fórum Económico Mundial, mesmo com o Governo ratificando e adoptando convenções internacionais e apesar de existirem esforços no sentido de fomentar a igualdade de género e promover a mulher legalmente, na prática continua a faltar a implementação concreta desses compromissos no país.

As discrepâncias entre homens e mulheres continuam, não tanto em termos de direitos constitucionais e legais, mas antes nos usos e costumes.



EXEMPLOS:

1

A *poligamia* é uma prática proibida por lei mas, de acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde de Moçambique de 2011, 12% das mulheres urbanas viviam, então, num casamento poligâmico e 23% delas tinham a mesma situação nas zonas rurais. O argumento comum é que a poligamia é parte da cultura moçambicana, o que defende maioritariamente os interesses dos homens.

2

Quanto ao *casamento prematuro*, embora a Lei de Família estipule os 18 anos como idade mínima para casar em Moçambique, segundo o IDS 2011, 48% das mulheres moçambicanas até os 18 anos estavam casadas. Entretanto, apenas 9% dos homens na mesma faixa etária eram casados.

3

O *abandono da escola* atinge principalmente as meninas, tendo o casamento prematuro como uma das principais causas. O estudo, "Estado da Educação em 2012: autonomia e descentralização", do Instituto Nacional de Estatística, que apresenta dados sob uma perspectiva de género, indica que, em 2007, a taxa de alfabetização das mulheres era de 35,9%, enquanto a dos homens ultrapassava os 65%.

4

As *limitações na propriedade de terra por mulheres* também são um problema, mesmo que por lei, independentemente de serem solteiras, divorciadas ou viúvas, tenham os mesmos direitos que os homens no que toca ao registo de propriedade.



Na maioria das províncias moçambicanas a sociedade é marcadamente patriarcal, fazendo com que a socialização confira um poder ao homem que ultrapassa em grande medida o da mulher. Isto justifica a posição simbólica de superioridade do homem e legitima actos de violência sobre o suposto “ser subalterno”, a mulher.



Apenas 46% das mulheres que trabalham e têm rendimento decidem sozinhas como usar tais fundos, enquanto que 37% decidem com os seus maridos. Na sua fase adulta, 14% de mulheres são proprietárias das casas onde vivem, metade do percentual de 28% atribuído aos homens.

Um em cada cinco moçambicanos (mulheres e homens) acredita que o marido tem o direito de bater na mulher por uma “razão concreta”. Entre as causas aceites por ambos, as

mais comuns são: quando marido e mulher brigam, quando a mulher sai de casa sem avisar o marido ou quando esta se recusa a ter relações sexuais (IDS 2011). Nesta conjuntura, é dever da imprensa moçambicana esclarecer os leitores sobre questões de género de uma maneira informativa e mostrando as várias perspectivas em torno da questão.

Através do trabalho de organizações como a WLSA (Mulher e Lei na África Austral) e a GenderLinks, tornou-se possível um conhecimento mais aprofundado sobre as questões de género no país e houve um maior contacto com mais exemplos de cobertura jornalística de qualidade sobre tema. Até agora, estes relatórios anuais da cobertura da imprensa sobre o assunto têm demonstrado que o espaço concedido às questões de género está a aumentar, na medida em que a qualidade de reportagem também tem melhorado. Por outro lado, num workshop sobre género na mídia, que aconteceu em 2012, as principais conclusões foram que a Violência Baseada no Género (VBG) continua a ser motivo de grande preocupação no país e o assunto ainda não recebeu a devida atenção da mídia.

São duas as principais razões sugeridas para a negligência sobre o assunto: o desconhecimento do que é a VBG e uma dificuldade generalizada em aceder às fontes de informações ao reportar sobre o tema. O Protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento estabelece 2015 como meta de igualdade e equidade do género nos meios de comunicação, mas o barómetro de 2012 da sociedade civil sobre o protocolo, produzido pela Gender Links, constata que continua a prevalecer um desequilíbrio no que tange à distribuição das fontes de informação. Uma monitoria de 30 redacções em 2011 revelou que a proporção de fontes femininas continua a ser de apenas 19%.

Outro aspecto chave sobre género é assegurar que haja mais mulheres a trabalhar como jornalistas e profissionais da mídia, nas várias funções existentes, e que esses profissionais tenham a oportunidade de manter as suas posições e de progredir na carreira. Isto irá também requerer uma alteração nas normas sociais, transformando ambientes normalmente dominados por homens em situações de trabalho estimulantes e encorajadoras para as mulheres.

O estudo Tetos de Vidro (2009), realizado pela Genderlinks, que explorou a composição institucional dos órgãos de comunicação na África Austral, revelou que em Moçambique as mulheres constituíam apenas 17% dos que ocupam as posições de gestão mais alta e 35% dos que ocupam as posições de gestão sénior nas redações. O estudo mostrou também que as mulheres têm mais chances de ser escolhidas para cobrir assuntos considerados “suaves” do que os homens, aqueles de carácter social ou de saúde, ao invés de temas de política ou desporto, por exemplo.

Num workshop decorrido na Namaacha em 2012, organizado mais uma vez pela Genderlinks, com a representação de 11 instituições da mídia, a discussão principal centrou-se na gestão das redações na perspectiva do género. Os participantes foram apresentados a conceitos chave de liderança nos mídia e aos papéis que cada líder pode desempenhar de modo a assegurar a igualdade de género na sua instituição. Estratégias para garantir que as mulheres sejam apoiadas e encorajadas a permanecer na redacção foram destacadas, além da importância da aceitação de trabalhos não considerados usuais para mulheres.

Os jornalistas participantes concordaram unanimemente sobre quais são os desafios enfrentados no campo de género:

- VBG é uma grave preocupação no país e ainda não recebeu a atenção devida dos mídia.
- Existe uma profunda falta de entendimento sobre as várias formas de VBG e há dificuldades em aceder às diversas fontes de informação.
- A falta de fontes femininas nos conteúdos foi destacada. Estratégias foram consideradas urgentes para encorajar mais mulheres a falarem como fontes.

Quanto à igualdade de género no acesso à informação, os dados ainda são limitados, mas um estudo sobre Género e a Audiência Moçambicana, também feito pela Genderlinks, desta vez em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane, demonstrou que, em Moçambique, a televisão é um meio mais popular entre as mulheres. Já a rádio é a opção principal dos homens. No entanto, nas comunidades e dentro das famílias, principalmente na zona rural, a mulher ainda é muitas vezes privada de ter acesso às informações, com o homem a gozar de melhor e mais facilitado consumo aos diferentes tipos de conteúdos. Esta particularidade implica que deve ser dada atenção à disponibilidade e distribuição de informação, bem como ao seu conteúdo e qualidade, para que mais mulheres acedam à informação em primeira mão, independentemente de onde vivam ou que ocupações tenham.

Em resumo, no que toca à cobertura, participação na mídia e acesso à informação há ainda espaço para melhorias significativas, especialmente em relação ao foco deste relatório – a análise de cobertura de género na imprensa moçambicana - uma vez que falta qualidade, quer para aquilo que são os padrões de um jornalismo básico, como no que tange à sensibilidade para temas sobre género.

Há falta de mulheres jornalistas e fontes femininas na mídia Moçambicana.

IV.

ANÁLISE DA COBERTURA EM JORNAIS IMPRESSOS E ON-LINE

Metodologia

Objectivos

Com as suas análises, a IREX Moçambique tem como objectivo usar este relatório como um estudo de base para monitorias futuras em relação ao tema de género no jornalismo. É uma área importante a ser monitorada e espera-se um aumento nos conteúdos sobre género, já que é uma tema que tende a ter maior visibilidade nos próximos anos, e portanto, nos próximos relatórios.

Âmbito

Para a produção deste relatório, as análises foram concentradas na cobertura da imprensa moçambicana retratada em reportagens sobre género. Os jornais analisados foram Notícias, País, CanalMoz, Mediafax, @Verdade, Zambeze e Correio da Manhã, tanto as edições impressas como as que estão disponíveis online.

Ferramentas

A IREX utilizou, para a análise dos textos produzidos pelos jornais, a MCAT, sigla que traduzida do inglês significa Ferramenta de Análise de Conteúdo da Mídia, própria para avaliar artigos e material jornalístico. A MCAT utiliza um sistema de pontuação uniforme para classificar a qualidade dos artigos, em que 5 é Excelente, 4, Bom; 3, Aceitável; 2, Mau e 1 é igual a Ausente. A MCAT define como excelente o conteúdo avaliado a partir dos seguintes critérios: clareza, objectividade, eficácia, credibilidade, pluralidade, importância, representatividade, coerência, estrutura, ineditismo, simplicidade, fontes documentais, fontes especializadas, fontes formais, cruzamento de fontes, qualidade do texto, respostas às cinco perguntas (Quem, o Que, Quando, Por quê e Como), títulos interessantes, frases

curtas, parágrafos curtos, proposições, imparcialidade (equilíbrio de versões), impacto imediato, responsabilidade, exactidão.

Esta ferramenta permite à IREX fazer uma análise quantitativa e objectiva sobre a qualidade abrangente do jornalismo escrito, nomeadamente quanto ao nível de imparcialidade do autor, à relevância, à estrutura do texto e às fontes utilizadas. Este sistema de pontuação foi aplicado em todos os artigos, de modo a estabelecer uma comparação a partir de um único conjunto de parâmetros. Este esforço inclui:

- A identificação dos temas escritos mais comuns em relação ao género;
- Exploração de categorias que englobam temas recorrentes;
- A identificação das áreas geográficas de origem dos artigos;
- Verificação de fontes específicas e legítimas dos artigos;
- Edição de fotografia e imagem.

Limitações

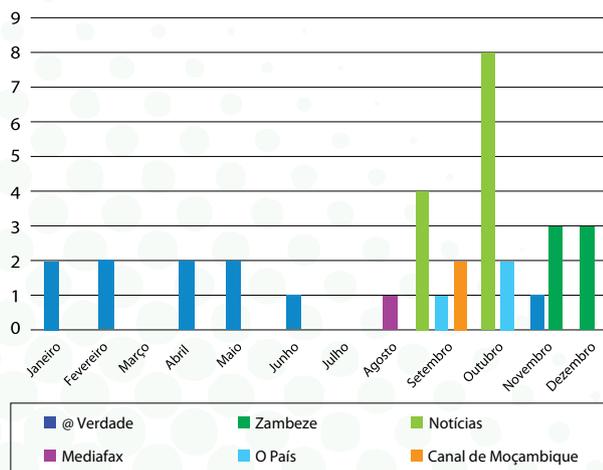
Este relatório de base tem algumas lacunas, principalmente por causa das limitações no acesso às informações. Não foi possível, por exemplo, recolher dados de todas as edições dos jornais de 2012 e nem informação específica sobre o género em outros meios de comunicação importantes para o país, tais como rádio e a televisão. Mesmo neste contexto, como um primeiro passo, o relatório cumpre o objectivo de estabelecer uma base de análise e comparação para os anos seguintes.

As Publicações

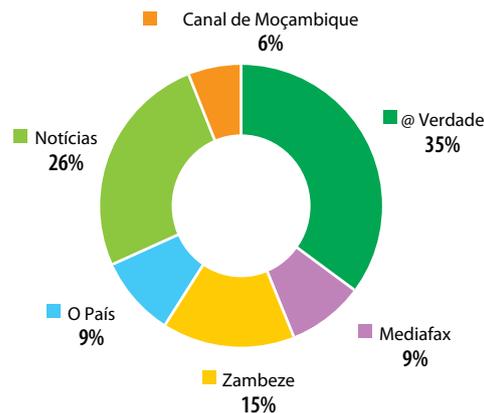
Em 2012, foram encontrados 34 artigos sobre o assunto “género” em 6 das publicações analisadas – @Verdade, Zambeze, Notícias, Mediafax, O País e Canal de Moçambique. O Correio da Manhã não constou da análise final pois das 25 edições pesquisadas, referentes ao ano 2012, nenhum artigo sobre a temática foi encontrado. Em apenas 2 meses do ano – Março e Julho – também nenhum artigo sobre género foi encontrado nas publicações analisadas. Por outro lado, o último trimestre do ano registrou o maior número de artigos sobre género. Isto deveu-se em grande parte à publicação de um estudo sobre casos de gravidez em certas prisões, exclusivamente de mulheres, na província de Maputo, que levantou uma certa polémica na mídia e debate público.

Do número total de artigos (34), 35% foram publicados pela @Verdade e 26% pelo Notícias. O jornal @Verdade é dos que publica mais frequentemente e regularmente artigos sobre o assunto – em sete meses do ano, tirando Março, Julho, Agosto, Outubro e Dezembro, uma média de 2 artigos por mês e um total de 12 artigos no ano de 2012. Basicamente, isto deve-se ao facto de o jornal em questão possuir uma secção regular que cobre temas relativos à mulher, muitas vezes tratando de questões de género. O Notícias também possui uma secção dedicada ao assunto. Os textos em @Verdade exploram perfis de mulheres em profissões ainda consideradas masculinas – por exemplo, operadora de máquinas pesadas, policial, entre outras.

Publicações por mês

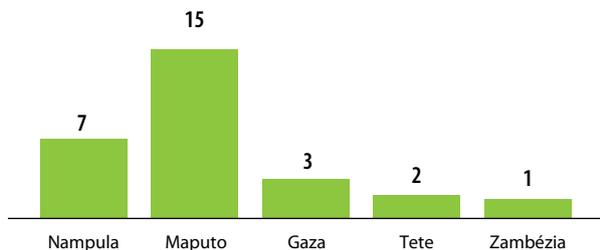


% de matérias por publicação



Geograficamente, a maior parte da cobertura do género ocorreu em Maputo, seguida por Nampula. O gráfico abaixo comprova que os meios de comunicação social existentes em Moçambique continuam a ser eminentemente urbanos e concentrado-se em notícias de Maputo, conforme já foi revelado pela Breve Análise de Imprensa Moçambicana, publicada pelo IESE em 2010. Encontraram-se também conteúdos sobre género com um foco internacional (5 no seu total): sobre violações na África do Sul, idade precoce de casamento na Arábia Saudita, proibição do véu na religião muçulmana na França e Bélgica, e sobre a notícia da escolha de Joyce Banda como a presidente do Malawi, a segunda mulher a ser eleita num país africano. Mas estas não contaram para a análise uma vez que o âmbito é a cobertura da imprensa Moçambicana sobre as questões de género em Moçambique.

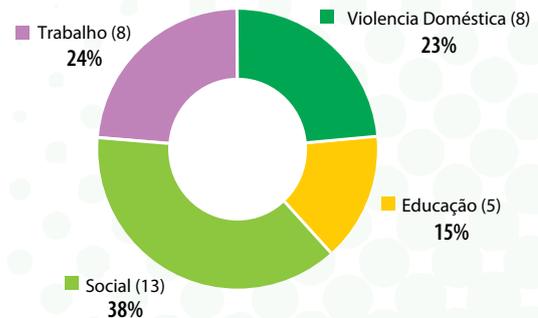
de matérias por região geográfica



Em 2012, observaram-se quatro categorias temáticas principais nos artigos de género. Estas foram identificadas como Social, Violência Doméstica, Educação e Trabalho. Artigos classificados como Social focalizam nos preconceitos reflectidos num quadro familiar, no emprego ou na religião. Também incluem subcategorias onde o foco do conteúdo pode ser lei ou política. O tema da Violência Doméstica incide sobre a violência homem contra mulher, geralmente dentro do lar. Para Trabalho foram considerados artigos que tratam da emancipação das mulheres e incluem depoimentos dos sucessos delas – ou que destacam o trabalho das mulheres em cargos tradicionalmente masculinos. São também definidos como casos de violência de género que ocorrem no local de trabalho. A classificação de Educação centra-se na violência perpetrada em um ambiente escolar ou de aprendizagem.

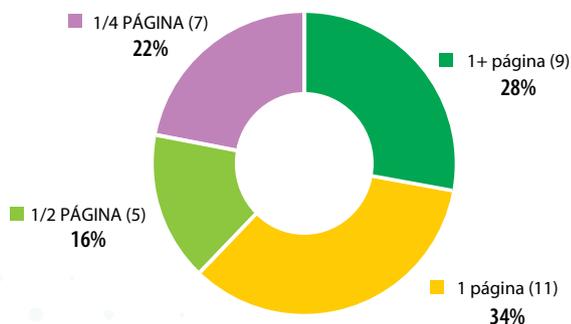
A IREX identificou várias subcategorias de artigos dentro destas 4 principais e até alguma sobreposição. Por exemplo, artigos que referem à Emancipação da Mulher podem tanto ser classificados na categoria Social como Trabalho. O gráfico abaixo sumariza a repartição categórica:

Principais categorias temáticas por % e # de matérias



Quanto à extensão, a maior parte dos 34 artigos escritos com um foco em género ocupou aproximadamente uma página inteira. A cobertura ou extensão de página pode ser desagregada do seguinte modo:

Extensão de página por % e # de matérias



O número de páginas total, por jornal, dedicadas ao assunto género segue os resultados observados na frequência de artigos escritos sobre Género: @Verdade dedicou aproximadamente 8 páginas a questões de género em 2012, seguido muito de perto pelo Notícias, que dedicou 5 páginas.

A análise de conteúdo revela que artigos referenciando género e escritos em 2012 foram de qualidade média, de acordo com os critérios da MCAT, na sua maioria inconsistentes e utilizando poucas fontes. Baseada naquele sistema de pontuação uniforme para classificar a qualidade dos textos, nenhuma reportagem pontuou acima de 3.

Em geral, foram escrutinadas quatro categorias dentro da seleção ampla de critérios da MCAT: estrutura do artigo, número de fontes, imparcialidade do autor e relevância. Por exemplo, alguns dos artigos apenas citaram uma fonte oficial e outros citaram apenas uma única pessoa. Houve poucos exemplos equilibrados, com fontes oficiais e com outros tipos de fontes, e falta análise de especialistas sobre os factos.

Em termos de relevância, a maioria dos textos constitui mera descrição de eventos e os dados apresentados não foram comparados com o passado para demonstrar a compreensão ou entendimento de quaisquer mudanças percebidas. Por outro lado, os jornalistas têm tentado apresentar o material com equilíbrio de versões das fontes, mesmo que a imparcialidade e a objectividade, no sentido literal, sejam conceitualmente padrões inatingíveis no jornalismo.

Os jornais privados tiveram melhor desempenho do que os oficiais quando o assunto foi preconceito. Estruturalmente, em quase todos os textos escrutinados falta lógica e há repetição. Os títulos e subtítulos estão desconectados, o que gera confusão sobre a que exactamente o artigo se refere.

A IREX deu atenção ao uso de fotos. Foram utilizadas 34 fotografias, mas apenas 9 delas foram consideradas relevantes. Foi definido como relevante uma foto que consegue transmitir o contexto do artigo sem que o leitor tenha lido a matéria completa.

Tal como foi mencionado na metodologia, estes dados e resultados servirão como um estudo de base para monitorias futuras em relação ao tema de género na mídia Moçambicana, para monitorar os avanços e desafios nesta área nos próximos anos. No geral, existe um esforço para informar sobre questões de género e demonstrar o avanço das mulheres nos jornais moçambicanos. Algumas publicações (@Verdade e o Notícias) têm dedicado um

espaço para a mulher e para estas questões e este é um grande passo na direção certa.

No entanto, a IREX detectou que existem áreas de melhoria, especialmente em termos de conteúdo e cobertura mais ampla, geograficamente e em diferentes publicações. É cada vez mais importante destacar estas questões em publicações que são distribuídas nas províncias, trazendo a público histórias que acontecem nestes locais, à medida que a consciência de género se torna mais latente. A IREX trabalha e colabora com jornalistas no país para ajudá-los a identificar e trazer este tema importante para as primeiras páginas dos jornais impressos e online e para outros meios de comunicação.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- A imprensa escrita não tem uma agenda própria sobre questões de género, seguindo, grosso modo, a agenda de órgãos públicos e da sociedade civil;
- A maior parte das matérias sobre género é resultado de registo de ocorrências policiais e hospitalares, relatórios de autoridades locais e eventos. Predomina o jornalismo baseado em eventos e não na interpretação dos factos contextualizados;
- A maior parte das matérias sobre questões de género revela haver ainda um grande desconhecimento das redações e de jornalistas sobre este assunto;
- Das matérias analisadas, aquelas que tratam de VBG limitam-se a individualizar o problema, abordando simplesmente casos pessoais ao invés de trazerem também uma perspectiva que desafie as políticas públicas;
- Há uma tendência na imprensa escrita de tratar questões de género como assuntos de mulher apenas. Textos sobre homens, homossexuais e transsexuais não apareceram em nenhum dos jornais analisados em 2012;
- A problemática de VBG não é priorizada pelos editores, que a relegam para espaços dedicados à cobertura de assuntos considerados de mulher;
- Muitos dos desafios a serem superados estão relacionados com a falta de equilíbrio nas coberturas e à não diversificação de fontes, parcialidade e utilização de linguagem pejorativa. A superficialidade dos artigos também é uma característica negativa frequente.

V.

ENTREVISTA:
EDUARDO NAMBURETE
e o género na redação



António Eduardo Namburete é dos poucos políticos em Moçambique reconhecido como activista de género desde que esta questão entrou no debate público. Ex-Deputado da Assembleia da República, académico e pesquisador em jornalismo, mídia e comunicação, e ex-representante em Moçambique da GenderLinks, é presentemente Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC), uma instituição de pesquisa e de produção académica especializada em mídia e comunicação.

"Jornalistas devem perceber que todos os assuntos envolvem homens e mulheres".

De que forma os estereótipos afectam o equilíbrio de género?

Essa continua a ser uma grande fraqueza da nossa mídia e contribui certamente de forma negativa para se alcançar a igualdade do género e mesmo para se poder alterar o quadro cultural nas redacções e na sociedade. Se a própria redacção diz que "para saúde é a fulana de tal, para campanha de vacinação é a fulana de tal..." já está a dizer que estes assuntos não interessam aos homens, mas sim às mulheres. A sociedade, que já tem este preconceito, encontra confirmação de que está correcta porque a comunicação social diz a mesma coisa [...] estamos a confirmar aqueles estereótipos que a sociedade foi desenvolvendo.

Por que razão jornalistas e redacções não integram questões de género no trabalho e na cobertura dos vários assuntos?

Acho que o problema começa todo ele na socialização. A nossa socialização sempre nos disse que os homens é que entendem melhor sobre determinados assuntos. O grande problema é que, da mesma maneira que a sociedade ainda não ultrapassou esta barreira do pensamento, a comunicação social também não. Mesmo as nossas escolas de formação de jornalistas praticamente não abordam a questão do género. Se o fazem é de forma muito superficial.

Que atributos deve ter uma notícia sensível ao género?

Grande parte das notícias cá são baseadas em uma fonte, isso acontece porque a produção noticiosa aqui em Moçambique é baseada nos eventos e, normalmente, neles temos uma pessoa a falar e a chance dessa pessoa ser homem é de quase noventa por cento, porque noventa por cento dos dirigentes são homens. É preciso multiplicar as fontes e nesta multiplicação é necessário diversificar, e a diversidade pode ser em sexo e idade. Assim cria-se uma boa história. Primeiro pelas perspectivas diferenciadas de homens, mulheres, jovens e adultos, mas também evitando perpetuar aquilo que já se diz.

"Começa a mudar a mentalidade - de um e de outro jornalista que tenha sido exposto a debates sobre igualdade de género, que tenha viajado, participado em workshops e visitado outras redacções que já ultrapassaram esta dificuldade -, mas grande parte dos nossos jornalistas ainda pensa que determinadas profissões foram feitas para homens".

VI.

ENTREVISTA:

BENILDE NHALIVILO

e o envolvimento dos líderes da
mídia nas questões de género



Figura pública há mais de 20 anos, Benilde dos Santos Afonso Nhalivilo é activista dos direitos humanos a tempo inteiro desde que abandonou a prática do basquetebol de alta competição, com títulos nacionais e internacionais. Benilde Nhalivilo já trabalhou em programas e projectos importantes voltados para os direitos das crianças, das mulheres e de grupos excluídos ou discriminados. Actuou em organizações não-governamentais e da sociedade civil como a Fundação Para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Action Aid Moçambique e Fórum Mulher. Hoje, é Directora Executiva do Fórum das Rádios Comunitárias de Moçambique (FORCOM), Presidente da Rede de Organizações da Sociedade Civil para os direitos da Criança (ROSC) e Vice-Presidente do Conselho Directivo da Rede Homens Pela Mudança (HOPEM).

"Devemos incidir muito mais sobre as lideranças, os gestores da mídia, os editores".

Do seu ponto de vista, a imprensa em Moçambique, os jornalistas, tem sensibilidade para os assuntos de género?

Acho que ainda estão muito aquém em termos de sensibilidade. Por vezes até tenho ficado triste com algumas notícias, vejo alguns comentários em alguns jornais. Por exemplo, há um jornalista reconhecido na praça que escreve totalmente contra os direitos das mulheres e a igualdade de género. Isso admira-me, pois já foram feitas várias capacitações sobre o assunto. Acredito que há alguns desenvolvimentos, mas não ao ritmo do que eu pensei que pudessem acontecer. Há jornalistas sensíveis, há alguns jornais sensíveis, mas penso que não se pode falar de género só quando tem que se falar sobre a violência contra a mulher. Não tem que se falar sobre género ou das mulheres só quando é para falar sobre pobreza. Não se pode falar de género só quando se pretende que as mulheres vão votar, porque são a maioria ou porque vão mobilizar. É preciso analisar as questões de género em todas as suas dimensões. Vejo muito pouco a presença das mulheres e muito menos a linguagem numa perspectiva da igualdade de género.

Há uma prática corrente nas redacções de que assuntos ligados a problemática social, de cariz eminentemente feminino, devem ser reportados por mulheres jornalistas. Na mídia é dominante a idéia que esses assuntos não vendem, não fazem capa senão quando são situações de crime e muito dramáticas...

É exactamente isso! Por isso é que eu estava dizer que só quando se trata de assuntos ligados à violência ou quando é para falar de campanhas de vacinações é que se abordam as questões das mulheres. E geralmente não é um assunto de destaque. Fazendo uma análise comparativa acho que retrocedemos nisso e não sei o porquê. Por exemplo, as universidades que têm cursos na área da comunicação social cresceram e eu vejo muita mulher lá. Mas depois eu pergunto: onde é que estão essas jovens no mundo profissional? É verdade que são cursos recentes, mas penso que já deveria se fazer sentir um bocadinho. Aparecem um e outro caso, por exemplo, já consigo ver uma mulher camera woman (cinegráfiста). Mas são excepções mesmo.

E o que pensa desse facto de destacar-se mulheres para cobrir um tipo de assuntos e homens para outros?

Não concordo. Acho que tanto mulheres como homens podem fazer cobertura de assuntos sociais e as mulheres também podem fazer cobertura de assuntos políticos, de economia. Porquê não? Mesmo falando sobre política e economia, dificilmente tu vês lá a perspectiva de género. Uma das minhas inquietações é que, nas negociações de paz, as delegações tanto da Frelimo como da Renamo não têm lá mulheres! E não digo que deveria ter mulheres só por ter mulheres. Mas penso que temos uma visão um pouco diferente, sobretudo quando se fala de guerra, quando se fala de violência. As mulheres são muitas vezes as principais vítimas da guerra e que não querem ver os seus filhos na guerra. Se a comunicação social fosse sensível ao género, poderia questionar coisas como essas. Não acontece isso!

Os jornalistas, nas matérias sobre questões de género, fazem da mulher vítima, refém?

Vejo isso e lamento. Lamento bastante. Mas também há uma coisa que noto. Particpei em algumas capacitações e debates que foram realizados sobre a questão da igualdade de género. Na verdade estão lá os jornalistas, mas os decisores não aparecem. Por exemplo, um editor, um chefe da redacção, que têm um papel preponderante na definição de quem reporta qual conteúdo, não aparecem porque acho que eles pensam que isso não é assunto deles ou que já sabem demais. Então, é difícil haver mudanças se esses, que são os principais líderes, que estão à frente dos órgãos de informação, não têm essa perspectiva.

O que é que instituições voltadas para a capacitação profissional e institucional da mídia devem fazer para melhorar a compreensão, sensibilidade e, a partir daí, a qualidade sobre questões de género no jornalismo?

Devemos incidir muito mais sobre as lideranças, os gestores da mídia, os editores. Ok, eles não têm tempo de fazer uma capacitação de uma semana. Mas, pelo menos, debates de meia manhã para levantarmos claramente esta questão. Tenho muita tristeza quando olho para as coisas que o jornalista que mencionei antes escreve. Pergunto: mas como é que uma pessoa como esta vive aqui na nossa sociedade, a pensar desse jeito e ainda por cima é editor? Penso que são pessoas assim com quem se deve fazer algum trabalho, não aquele jornalista que é mandado para fazer uma reportagem e ponto final. E depois, também, fazer coisas inovativas. Por exemplo, por que não criar prémios para o jornal que mais escreve na perspectiva da igualdade de género, ou também na perspectiva dos mais marginalizados. Os jornais falam pouco sobre género e também falam pouco sobre as crianças, falam pouco sobre os grupos excluídos, as pessoas com deficiência.

“Não se pode falar de género só quando se pretende que as mulheres vão votar, porque são a maioria ou porque vão mobilizar. É preciso analisar a questão em todas as suas dimensões. Vejo muito pouco a presença das mulheres e muito menos a linguagem numa perspectiva da igualdade de género”.





VII.

ENTREVISTA:

MARIA JOSÉ ARTHUR

e o relacionamento entre activistas de género e direitos da mulher e a mídia



Antropóloga, docente na Universidade Eduardo Mondlane e pesquisadora, Maria José Arthur é uma das activistas moçambicanas mais actuaentes quando o assunto é direitos das mulheres. Como pesquisadora, já coordenou e participou de dezenas de pesquisas relacionadas à violência contra as mulheres, sobre a feminização do HIV/ SIDA e sobre o direito à alimentação. No serviço público, ela já exerceu os cargos de direcção no Arquivos do Património Cultural (ARPAC) em Sofala e Maputo. Trabalha hoje como coordenadora de comunicação da WLSA Moçambique e como organizadora e co-coordenadora de estudos publicados em forma de livros, considerados referências para a compreensão da causa da igualdade de género em Moçambique. Entre eles, Reconstruindo Vidas: Estratégias de Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica.

“A maneira como é reportada a VBG contra a mulher releva preconceitos e desconhecimento”

Como definiria a relação entre a mídia e as organizações da sociedade civil especializadas em questões de género e em defesa dos direitos das mulheres?

Nós temos feito um esforço muito grande para aprofundar a relação, que não é assim muito próxima. Portanto, nós da WLSA e parceiros com quem trabalhamos mais de perto temos uma grande missão de intervenção e às vezes isso passa por mensagens relativas aos direitos, divulgação de estudos, mas temos dificuldade de fazer passar isso aos mídia. Uma das formas que temos usado muito é comprar espaço para publicar um comunicado ou colocar algum texto. Neste processo temos encontrado abertura em alguns mídia privados, por exemplo: “se vocês entregarem a matéria a tempo nós poderemos tentar acomodar sem que isso implique custos.” O mesmo já não acontece com órgãos públicos de informação. Mas nós temos feito um esforço. Este esforço se traduz, por exemplo, em realização de briefings, conferências de imprensa, para alterar um pouco a relação: em vez de irmos lá pedir espaço, convidamos os jornalistas. Quando falo em nós, não estou a falar só da WLSA, mas no geral.

E no caso particular da WLSA?

No caso da WLSA concretamente e através de uma parceria com a IREX, conseguimos uma colaboração mais regular, por exemplo, com o jornal @Verdade, para a publicação mensal de algumas matérias. Temos sempre que encontrar uma plataforma de entendimento que possa interessar aos leitores do jornal e que nos interessa a nós como WLSA divulgar. Tem havido também acções de formação de jornalistas, não só da WLSA mas também de outras organizações, como o FORCOM. E temos apostado muito na colaboração com as rádios comunitárias. Isto para mostrar que esta relação ainda se está a construir e ela no passado foi mais distante.

Há uma tendência na comunicação social e de certo modo generalizada de considerar a problemática de género como assunto de interesse das mulheres. Como é que olha para esse preconceito que ainda existe a nível das redacções e como é que lidam com isto?

Eu começava pegando, se calhar, por um outro ângulo. Se for a ver, há 15 anos na imprensa não aparecia nenhuma informação sobre ocorrências de violência contra as

mulheres. Estava ausente e agora aparece. O que nos dá a entender é que há um processo de evolução em que a violência contra as mulheres deixa de ser vista simplesmente como uma coisa natural para passar a ser notícia. Por força do debate público, o tema da violência contra as mulheres, as ocorrências, já começam a ser assunto-notícia, sendo reportadas e publicadas. Agora, a maneira como os temas são abordados, isso já é outra coisa! Muitas das vezes fica a sensação de que as pessoas não estudam, não sabem do que estão a falar.

Pode nos elucidar sobre esta ignorância?

Por exemplo, o fenómeno da violência contra as mulheres tem que ser estudado a partir das lógicas sociais que colocam as mulheres em posição de subserviência. A violência contra as mulheres tem sempre esta vertente punitiva: “ah, porque ela não aqueceu a água; porque ela falou alto; ela perguntou-me onde é que eu fui e não tem que perguntar”. Muitas das vezes a pessoa que reporta não se importa com a análise ou então avança explicações que se baseiam, digamos, no senso comum, reproduzindo idéias de que a violência contra as mulheres é uma questão de ciúme, uma questão de amor. É nesta parte em que ainda não conseguimos dar o salto. Por exemplo, a WLSA escreveu um comentário sobre uma matéria que surgiu em Dezembro no jornal Notícias. Sobre uma ocorrência, uma coisa muito curta, em que se dizia que uma mulher foi hospitalizada nas vésperas do Natal com os maxilares partidos porque foi agredida pelo marido. A matéria terminava perguntando: “quem vai cozinhar agora para as festas?” Isto dá um pouco a noção do que eu estava a dizer: é noticiada a ocorrência, o que em si é importante, mas ao mesmo tempo a conclusão é completamente insultuosa para as mulheres. Quer dizer, uma pessoa está com os seus direitos completamente violados, agredida, e a preocupação é com o outro, coitadinho, que não vai ter a sua refeição da ceia de Natal?! Há uma evolução. O

reportar em si já é importante. É muito positivo que estes casos sejam reportados, porque isto cria também uma consciência de que o problema existe. Porque quando nós ignoramos, as pessoas até podem dizer: “a incidência é pouca, isso não é relevante”. Agora, a maneira como os casos são tratados revela preconceitos e desconhecimento dos temas, de uma maneira geral. Pensamos que talvez os briefings, capacitações, possam ajudar as pessoas a ter uma outra perspectiva.

Quais os temas de agenda de género e dos direitos da mulher que tiveram uma maior cobertura ou notoriedade na mídia?

A questão da violência foi realmente uma das mais reportadas, mas também o aborto, e isto tudo tem a ver um pouco com as questões que estão na agenda pública. Com a revisão do Código Penal foram levantadas bastantes questões, uma delas a despenalização do aborto. Obviamente a mídia também reflecte estas preocupações. Algumas matérias mostram maneira interessante e aberta o problema do aborto inseguro. Outras já numa perspectiva moralizante, de que “o aborto é um crime”, que não se deve ver na perspectiva dos direitos da mulher, mas na dos direitos do feto. Também temos a perspectiva moralista: “é contra a religião, é pecado, etc”. Para além desses temas, também houve um foco na questão dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em 2012, fizeram não só essa crítica no jornal Notícias, mas também a uma reportagem publicada no jornal Domingo sobre homens vítimas de violência e ainda o artigo sobre a violação de uma mulher por 17 homens, em nome de uma tradição...

De facto, há muitos anos que a gente escreve as mesmas coisas, muitas vezes sobre violência, em resposta a artigos que aparecerem nos mídia. Às vezes dá uma sensação de

cansaço. Dá a impressão que a gente está constantemente a repetir-se. Mas essa é uma tendência que encontramos muitas vezes na maneira como se aborda a questão da violência: a violência dos homens contra as mulheres ainda é vista em grande parte como natural, enquanto que quando a mulher bate e agride o homem, isso é visto como uma anormalidade. Obviamente que esta última é mais interessante como notícia. Frequentemente aparecem homens nos gabinetes da polícia a queixarem-se que foram violentados. Mas quando se pergunta qual foi a ocorrência, eles respondem: “é porque a minha mulher saiu de casa.” Ou seja, este homem não é vítima de violência física, ele foi abandonado pela mulher. Mas para efeitos de registo da polícia a pessoa que queixa é vítima. Portanto, quando se vai somar o número temos “tantos homens e tantas mulheres”. Isto tem relação com uma tendência de justificar

que a posição das organizações de direitos humanos em defesa das mulheres, no caso da violência doméstica, é despropositada, porque, agora, tanto os homens como as mulheres batem-se uns nos outros. Em relação ao jornal Domingo, essa era a idéia que o artigo transmitia.

“A violência contra as mulheres tem sempre esta vertente punitiva: “ah, porque ela não aqueceu a água; porque ela falou alto; ela perguntou-me onde é que eu fui e não tem que perguntar”. Muitas das vezes a pessoa que reporta não se importa com a análise ou então avança explicações que se baseiam, digamos, no senso comum”.



VIII.

ENTREVISTA:

DANILO DA SILVA

e os direitos dos LGBT na mídia
Moçambicana



Danilo da Silva Mussagy Ibraimo nasceu em Quelimane, Zambézia, em 1980. Desde 13 de Outubro de 2006, é o representante da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) em Moçambique, dirigindo a Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais (LAMBDA). Ainda aguardando a sua legalização por parte do Ministério da Justiça, a LAMBDA tem como fins a defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus associados, bem como a promoção e garantia dos direitos humanos e sexuais dos cidadãos, especialmente os relativos à orientação sexual e identidade de género. Desde 2007, Danilo da Silva é membro do Conselho Executivo para África da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA). As acções que a LAMBDA desenvolve têm o objectivo de tornar a sociedade mais receptiva à questão da livre expressão e da afirmação da identidade de género, embora não seja uma questão visível a nível do debate público e da mídia em Moçambique.

“Há autocensura dos jornalistas em reportar assuntos relacionados às minorias sexuais”

Como olha para a cobertura da mídia às questões de LGBT?

Para questões ligadas às minorias sexuais, a mídia não tem sido muito consistente. Há um certo receio dos próprios jornalistas em levar estas matérias aos seus chefes. Há uma autocensura em abordar este tipo de questão. O que a gente nota é que, embora comece a aparecer um ou outro jornalista de uma e outra casa de mídia que queira fazer um trabalho mais sério em torno do assunto, a grande dificuldade está ao nível dos editores. Eles dizem que são questões sensíveis ou que o assunto não é prioritário. Porém, parte dessa mídia reproduz artigos que são publicados em outros jornais ou revistas, sobre situações que vão ocorrendo fora do país. É notória a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos e na Europa e a violência contra mulheres lésbicas na África do Sul. Porém, quando o assunto é Moçambique, já é difícil.

Às vezes parece que temos mais facilidade em reportar o que acontece fora e não queremos tocar no assunto na perspectiva moçambicana: o que está a acontecer aqui em Moçambique?

Fazemos, aqui na LAMBDA, o arquivo das matérias que são publicadas em alguns jornais que seleccionamos. Temos artigos de 2009 até hoje. As matérias relacionadas com questões da homossexualidade não são negativas em si, contrariando aquilo que é a tendência da região e do continente. O que a gente nota é que os nossos jornalistas não entendem certos conceitos básicos. E publicam notícias sensacionalistas: casamento na França, violação na África do Sul. Mas não aquelas notícias sobre a questão dos direitos dos homossexuais em Moçambique. Compreendemos que é um processo e a LAMBDA também tem um papel nisso: na educação da própria mídia em como reportar de forma adequada estas questões no país.

Quando vamos falar dos artigos de opinião, aí é que se encontra um ou dois negativos sobre os direitos de LGBT. E não são censurados. Quer dizer, o editor não tem o cuidado de olhar, apesar de ser um artigo de opinião. E nestes jornais também não existe nenhuma nota – tirando o jornal @Verdade – onde vem expresso que não serão publicados artigos discriminatórios, de teor racista, xenófobo ou de orientação sexual. O jornal @Verdade é o único explícito nisso. Os outros jornais são mudos em relação a isso.

Desse levantamento, terão identificado outras tendências, por exemplo de determinados órgãos de informação que publicam com alguma frequência artigos sobre os direitos dos LGBT?

A LAMBDA nunca teve acesso à televisão nacional. De um modo não oficial as mensagens que nos chegam é que este tipo de assunto não é debatido na TVM. Recordo que em 2009 e 2010 já tivemos a situação de nos convidarem para um programa e à última da hora cancelarem. O que a gente houve, por fontes não oficiais, é que estes assuntos não podem ser debatidos na televisão. Na TVM nunca houve um debate em torno do assunto e a gente sabe de fontes que trabalham lá que a LAMBDA quase que está blacklisted. Na Rádio Moçambique também é a mesmíssima coisa: se não for em torno de questões relacionadas com HIV e dentro de programas, por exemplo, de jovens, as questões relacionadas com orientação sexual não são debatidas. Os únicos meios da Rádio Moçambique que falam sobre as questões relacionadas com a homossexualidade são a sua página de Facebook e sua página web. Mas com a mesma tendência em reportar assuntos que acontecem no exterior. A Miramar já há muito tempo que não toca no assunto, mas foi uma das pioneiras que conseguiu produzir uma reportagem em torno da situação e discutir com uma certa consistência em 2012. A TIM faz no âmbito daquilo que são as parcerias que tem com outras instituições, como por exemplo a N'Weti, ONG dedicada à comunicação para a saúde.

Em 2012 a LAMBDA lançou uma iniciativa para fomentar mais reportagens sobre os direitos das minorias sexuais. Em que consistiu a iniciativa? Teve receptividade por parte da mídia?

Lançamos um prémio jornalístico em 2012 no intuito de incentivar. Porque aqueles jornalistas que tinham vontade em reportar sobre o assunto diziam que não tinham meios para o fazer e enfrentavam dificuldades em publicar. Lançamos um concurso para as pessoas irem buscar informação, ajudando a trazer o que realmente é a questão LGBT na perspectiva moçambicana. No entanto, a classe jornalística entendeu de outra forma, muito por conta daquilo que são os seus próprios preconceitos e a autocensura. Interpretaram no sentido que a LAMBDA estava a promover um concurso para se falar bem da homossexualidade. Tivemos jornalistas que se inscreveram, mas nunca chegaram a publicar o que foi produzido, o que é uma pena, e tivemos que cancelar o concurso. Foi mais uma experiência que mostra a dificuldade de tratar este assunto. Se tivéssemos lançado um concurso sobre violência doméstica, sobre a criança, o tráfico e a mutilação genital, o ambiente - como existem várias outras iniciativas da mesma natureza - seria aceite. Colhemos daí que realmente a questão da discriminação dos LGBT é um assunto que tem que ser debatido na mídia. E a mídia tem que se questionar porque é que a temática da homossexualidade é tão difícil de reportar.

“Lançamos um concurso para as pessoas irem buscar informação, ajudando a trazer o que realmente é a questão LGBT na perspectiva moçambicana. No entanto, a classe jornalística entendeu de outra forma, muito por conta daquilo que são os seus próprios preconceitos e a autocensura”.

IX. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Jornalistas devem assumir a violência com base no género como um assunto relevante para todas as identidades de género;
- Mulheres e homens jornalistas devem ser destacados para a cobertura de todo o tipo de assuntos, sem a presunção de que alguns trabalhos são mais adequados para mulheres ou para homens;
- Gestores e editores de jornais devem ser mais sensíveis às questões de género, para incutirem nas suas equipas de trabalho a perspectiva da igualdade;
- Os órgãos da mídia devem ter políticas de género estabelecidas e implementadas com efectividade, definindo objectivos, formulando planos de acção e estabelecendo metas tangíveis a curto, médio e longo prazos. Deve fomentar também o equilíbrio de género na redacção;
- Jornalistas devem exercer equilíbrio de género em todas as suas matérias, auscultando tanto a perspectiva masculina quanto a feminina, em igualdade de circunstâncias, e diversificando as suas fontes em faixas etárias;
- Gestores dos órgãos de informação devem ser sensibilizados e capacitados sobre as vantagens de integração do género na cultura de trabalho da organização;
- Deve continuar a haver colaborações entre organizações da sociedade civil especializadas em género e os órgãos de informação, para sensibilizar o público sobre as questões de género.
- A mídia deve estabelecer uma agenda própria sobre género, de modo a contextualizar mais as reportagens e o debate público.

X. FONTES & REFERÊNCIAS

WEBSITES:

<http://www.amcs.org.mz/>

<http://www.caicc.org.mz/index.php/sociedade-civil/governacao/noticias/3062-assumir-a-violencia-contra-a-mulher-e-crianca-como-crime-publico>

<http://www.ipsnews.net/africa>

<http://www.jornalnoticias.co.mz/>

<http://www.opais.co.mz/>

<http://www.verdade.co.mz/>

<http://www.wlsa.org.mz/>

PUBLICAÇÕES:

Chichava, S & J. Pohlman. *Uma Breve Análise da Imprensa Moçambicana: Desafios para Moçambique 2010*. Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE)

Gender Links & the Gender and Media Southern Africa (GEMSA) Network and the Media Institute of Southern Africa (MISA). *Gender and Media Progress Study (GMPS)*. 2009/2010

Gender Links & Universidade Eduardo Modlane. *Gender and Media Audience Study (GMAS)*. 2004

Gender Links. *Tetos de Vidro: Mulheres e Homens nos Órgãos de Comunicação*. 2009

Instituto Nacional de Estatística, *Estado da Educação em 2012: autonomia e descentralização*. 2012

Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Saúde e ORC/Macro. *Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011*. 2012

World Economic Forum. *Global Gender Gap Report*. 2012

FONTES:

Benilde Nhalivilo (Directora da FORCOM, Presidente da ROSC e Vice-Presidente da Rede HOPEM)

Danilo Da Silva (Coordenador da Associação LAMBDA)

Eduardo Namburete (Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação/CEC)

Gabinete de Informação de Moçambique (GABINFO)

Maria José Arthur (Antropóloga e membro da Women and Law in Southern Africa/WLSA em Moçambique)

Mary-Ellen Duke (Conselheira sobre Actividades de Género/ USAID Moçambique)

